



O BRASIL SEM GOVERNO

Jair Bolsonaro foi eleito em oposição ao que ele chamou de velha política. Todavia, nunca ficou claro o que seria a nova política e muito menos qual projeto ele implantaria no Brasil. Sua eleição deveu-se principalmente ao mal estar com os sucessivos escândalos de corrupção, que não pouparam a reputação de nenhum partido político expressivo. O sucesso da candidatura representou simultaneamente o triunfo do “não” e o ingresso do país na incerteza política.

Passados mais de 100 dias da posse, é possível afirmar que, até o momento, não temos de forma efetiva presidente da República, governo e muito menos a nova política.

Em uma democracia, o processo eleitoral é a etapa crucial para que os governados decidam, pelo voto, quem ou qual agrupamento político vai governar o país. O presidente sempre será eleito por uma parcela da sociedade e, no caso brasileiro, por uma maioria em primeiro ou segundo turno. Superada essa etapa, passa a ser o governante de todos, inclusive daqueles que nele não votaram. Sob esse aspecto do jogo democrático, ainda não temos presidente. Bolsonaro continua se comportando como deputado, como alguém que representa um segmento e que alimenta as divisões da sociedade pelas redes sociais, sobretudo quando polariza conflitos com adversários e aliados de ocasião, como ocorreu na troca pública de farpas com Rodrigo Maia.

Olhando para o governo, a ausência de um presidente fica mais patente. Um governo é coeso quando tem uma liderança que consegue coordenar sua equipe com base num projeto comum. Aqui se explicita tanto a falta de liderança quanto a falta de governo. Parece que cada ministério é uma unidade à parte. As decisões das Relações Exteriores parecem não se articular com a Agricultura, assim como algumas medidas presidenciais, como ocorreu recentemente

com a Petrobras, indicam que foram tomadas à revelia da Fazenda. Casos como o imbróglcio que paralisou o Ministério da Educação também exemplificam a ausência de governo no sentido de seu conjunto.

Chama a atenção a insistência em se falar em nova política. Vale lembrar que Jair Bolsonaro foi eleito por características pessoais que o permitiram galgar apoios em segmentos fortemente enraizados na sociedade e com grande peso econômico, como evangélicos, agronegócio, militares, entre outros. Provavelmente, isso lhe fez crer que não precisaria de partidos para a governabilidade. Compôs seu governo com tais segmentos imaginando que tal apoio se refletiria em maioria no Congresso.

Assim que vieram as primeiras derrotas no Legislativo, como a revogação de decreto mudando a Lei de Acesso à Informação, a aprovação do orçamento impositivo e a postergação da “prioritária” reforma da Previdência, ficou explícito o erro de estratégia. Mas tudo isso acarretou enorme desgaste causado pela retórica presidencial de desqualificação da articulação com os partidos, denominado por ele de velha política, uma atitude que vem deteriorando a relação de confiança, inclusive com aliados.

O Brasil só terá presidente se este de fato lembrar que é líder de um país com todas as diferenças de opinião, de condições socioeconômicas e de valores que compõem o nosso território. O governo existirá de fato se a sua liderança for capaz de promover a unidade de ação por meio de um projeto comum que tente unificar o país, e não dividi-lo ainda mais. Por fim, negociar e articular com partidos é da natureza da política. Isso ocorre em qualquer lugar do mundo, não é velha política e sim uma dinâmica que faz parte do processo civilizatório de resolver conflitos por meio de acordos. O importante é que o processo de negociação seja transparente, republicano e respeite o interesse público.

O GOVERNO EXISTIRÁ
DE FATO SE A SUA
LIDERANÇA FOR CAPAZ DE
PROMOVER A UNIDADE
DE AÇÃO POR MEIO DE
UM PROJETO COMUM QUE
TENHA UNIFICAR O PAÍS
E NÃO DIVIDI-LO
AINDA MAIS.